

Evolução Urbana de Olhão

Sandra Romba

Mestre em História da Arte (UAAlg)

Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA/UAAlg)

Introdução

Evolução urbana de Olhão é o título do presente artigo. Serve o mesmo para dar a conhecer e evidenciar o papel de cada uma das áreas urbanas que se foram desenvolvendo em Olhão a partir do séc. XVIII.

Pretende-se expor uma abordagem da morfologia urbana que foque sobretudo a questão espacial mas também que vá ao encontro de alguns aspetos estruturais relacionados com a habitação.

Para entender o processo de formação e evolução do núcleo urbano de Olhão adotei a seguinte metodologia: desenvolvi um trabalho de início de cariz teórico que compreendeu o levantamento de bibliografia diversa e genérica, mais precisamente enciclopédias, obras de geografia, guias e alguns artigos escritos por Antero Nobre, Francisco Fernandes Lopes e Alberto Iria. Obtida uma ideia genérica acerca do tema e passados alguns meses no Arquivo Histórico Municipal de Olhão, o local mais indicado para tentar compreender as políticas urbanas municipais pude, por fim, recolher um conjunto de dados importantes acerca de uma série de obras de reestruturação urbana, tais como, a construção e o alinhamento de casas, pedidos de terrenos, edificação das mais diversas obras públicas, calcetamento e reparação de estradas. Os dados recolhidos referem-se a grande parte da área urbana edificada de Olhão de finais do séc. XVIII (data a que remonta a documentação mais antiga encontrada no arquivo) até às primeiras décadas do séc. XX (data imposta por mim que corresponde à edificação dos atuais mercados).

A essa primeira abordagem mais teórica seguiu-se uma abordagem prática, mais visual. Envolveu o desenho de mapas, a recolha de imagens nas diferentes ruas da cidade. Mas também a observação, a comparação e a análise de cartografia antiga, de cartografia atual e do espólio fotográfico digital sediado no mesmo Arquivo.

Terminado este estudo prévio, o grosso da informação era referente a três áreas urbanas: a área situada na baixa-mar a sul; a área das hortas e das fazendas situada a poente das igrejas e o Passeio Público situado um pouco mais a norte da igreja (fig.1). À exceção da área das hortas e das fazendas, cujo nome foi dado por mim pelo facto de se tratar de uma área que se constituía sobretudo de hortas e de fazendas, o nome das restantes áreas corresponde aos nomes que apareciam na documentação.

Mas a informação acerca das três áreas urbanas não permitia avançar

firmemente sobre o que terá sido o local da génese do núcleo de Olhão, mais precisamente a Praia do Olhão. Tornou-se fundamental um documento escrito por Alberto Iria, que me foi gentilmente cedido por António Rosa Mendes, onde se lê uma série de informação recolhida na Torre do Tombo. Tratava-se de diversos pedidos de autorização para construção de casas na Praia do Olhão com data a partir de 1715 até 1740. Podia, por fim, contar com fontes seguras para apresentar o processo de formação e evolução da expansão urbana de Olhão.

Considere-se então a apresentação das quatro áreas e o que de mais significativo ocorreu em cada uma delas.

A Praia do Olhão e o bairro da Barreta

A partir da leitura das *Memórias Paroquiais* de 1758 ficamos a saber que a Praia do Olhão estava situada “[...] nas margens de hum braço do mar oceano, o qual faz frente ao Sul, e se estende de Levante a Ponente: Nenhuma povoação se descobre delle, e só confina pelo Levante, e Norte com fazendas da freguesia de São Sebastião de Quelfes [...], e pelo Ponente com fazendas da freguesia de São Bartholomeu de Pixão [...] e pelo Sul com o mar oceano”¹.

Ocupada sazonalmente por pescadores provenientes da cidade de Faro em meados do séc. XVII, a expansão urbana da praia do Olhão ocorreu a partir de 1715, ano em que os moradores requereram à Rainha D. Maria Ana de Áustria, mulher de D. João V, autorização para construção de casas de pedra e cal uma vez que viviam em cabanas.

Três anos antes, em 1712, o Padre António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa*, expõe o seguinte acerca de Olhão “tem 300 vizinhos, que morão em casas de cana cobertas de palha, por lhas não consentirem de pedra e cal: hé gente rica que vive da pesca”².

A Rainha autorizou e promoveu a construção de outras casas na praia. O sucesso foi tal que, em 1758, nas *Memórias Paroquiais*, Olhão “se acha hua das maiores povoaçoens do Algarve, em que se contão assima de quinhentas moradas de cazas, e mais de trezentas cabanas, que cada dia se vão diminuindo, e pondo em seu lugar cazas”³.

Assim ocorreu a expansão dos bairros, cujo termo está definido por Leite de Vasconcelos, na obra *Etnografia Portuguesa*, de 1933. Leite de Vasconcelos

¹ *Memórias Paroquiais de 1758 escritas pelo prior de Olhão, Dr. Sebastião de Sousa*. O documento está publicado na íntegra no artigo de Alberto Iria in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve), *Mensário das Casas do Povo*, 1955-1956.

² Padre António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa*, t. III, Lisboa, 1712, pág.17, citado por Alberto IRIA in “O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração”, (Subsídios para a história de mareantes e pescadores do Algarve), *Mensário das Casas do Povo*, 1955-1956.

³ Idem, ibidem.

observou *in loco*, nalgumas praias algarvias, que as cabanas eram agrupadas em filas simétricas e em número de 15 a 20 (fig.2). Um grupo de cabanas chamava-se bairro. Possivelmente terá sido deste modo que apareceram os primeiros bairros em Olhão, como foi o caso do bairro da Barreta.

Considere-se em particular as principais características do bairro da Barreta na morfologia urbana da Praia do Olhão. A sua localização é estratégica (fig.3). Está situado junto aos principais eixos e equipamentos do lugar de Olhão. Os eixos são a rua de S. Bartolomeu (que faz a ligação com as freguesias rurais), a rua de Faro (que estabelece a ligação com a capital) e a rua da Soledade (que faz a ligação com as igrejas). Os equipamentos são a igreja primitiva e o moinho da Barreta. Em torno destes elementos, e de outros também fundamentais, como são as barreiras naturais (o mar a sul e a este), e as barreiras físicas (as cercas a norte), o bairro desenvolveu-se nos seus apertados limites.

Os eixos estabelecem um traçado tendencialmente regular entre si com orientação sudoeste – nordeste (fig.4). Os quarteirões e os lotes possuem também, *grosso modo*, uma configuração regular (fig.5). No ano de 1718, no segundo requerimento para construção de casas de pedra e cal na praia de Olhão, a Rainha recomendou que a mesma casa “se faça direita na rua e não atravessada”.

Os lotes possuem forma retangular com uma média de 5 varas de frente por 15 varas de comprimento.

Nalguns quarteirões as frentes das casas dão para a rua e os fundos dão para o interior do quarteirão. Nas frentes predominou um ritmo de fachadas de porta-janela com moldura dos vãos de ornamentação simples. Se de uma forma geral os quarteirões e os eixos não sofreram grandes alterações, o mesmo não aconteceu com a habitação. A sua evolução deixa antever alguns pormenores interessantes. Muito possivelmente grande parte dos lotes se constituiu de casa térrea com cobertura de telhado e quintal nalguns casos. A casa térrea compunha-se de uma casa de fora (sala), uma alcova (quarto de dormir) e uma cozinha (espaço para fazer o fogo) ou de apenas duas divisões.

No entanto, por necessidade dos proprietários, as habitações foram sofrendo modificações que tinham como objetivo o seu aumento.

De facto, a grande característica da casa é a sua flexibilidade evolutiva ao longo dos séculos. Desconhecendo em particular a história destas casas, as observações partem sobretudo da interpretação das imagens (figs. 6 e 7). Estabeleci para elas duas hipóteses. Hipótese A: o lote compreende duas casas com entradas principais para as ruas e entrada de serviços para a travessa; hipótese B: o lote corresponde a quatro casas. Cada porta é uma entrada para cada casa. Ambas as hipóteses são possíveis de existir.

A fachada com ritmo de vãos janela-porta-janela, casa de “risca ao meio”, poderá indicar uma última campanha de obras situada entre o final do séc. XIX e princípios do séc. XX que terá integrado a construção do mirante. O mesmo tipo de

ornamentação neoclássica foi utilizado na platibanda da fachada térrea e na platibanda do mirante. A platibanda ganha protagonismo com as suas espécies de métopas que indicam algum desafogo económico por parte do seu proprietário.

De uma forma geral, o lote deixou de ter área livre e passou a ter apenas área construída. Mais tarde foi construído um pequeno piso superior, o mirante que estava situado na parte central da habitação (sobre a abóbada dos quartos) ou nos fundos (fig. 8). Desconheço que algum mirante tenha sido construído na parte da frente, parte onde se situava o telhado. Para aceder ao mirante a passagem era feita através do quintal, caso existisse, ou pelo interior da habitação. A construção do mirante possibilitou também o aumento de área livre, tão importante na casa para os afazeres da rotina diária. Noutros casos acrescentou-se uma pequena dependência com cobertura de telhado de uma água a um canto da açoteia. Trata-se de uma estrutura mais simples que perdia a função de mirar, mas uma nova divisão se acrescentava, talvez um quarto ou uma despensa. Este tipo de dependência perdurou até à atualidade, embora a cobertura em telha fosse substituída por cobertura de zinco.

Verifiquei também, quer na Barreta, quer noutras áreas, que existe o mirante típico, por assim dizer, mas aparece uma série deles com características diferentes. Alguns não possuem escadas, outros não têm decoração e outros possuem mecanismos de recolha de água.

O mirante poderá ter nascido de um pequeno espaço, o pangaio, uma ligação do interior da casa para o exterior que servia também para mirar, uma vez que face ao chão da açoteia era mais alto. Posteriormente terá aumentado de dimensão e passou a habitação. A própria definição da estrutura, mirante e não casa ou anexo ou despensa é só por si um argumento para entender a sua origem.

Constata-se assim que o bairro da Barreta possui características relacionadas com a regularidade dos quarteirões, dos eixos e dos lotes, e este facto é contrário aos conceitos comumente divulgados ao longo do séc. XX por alguns investigadores que relacionavam a origem da Barreta e dos bairros mais antigos de Olhão com imagens de traçados irregulares e sinuosos, com becos e casas construídas na mesma irregularidade das cabanas. A implementação de grande parte das cabanas não foi disposta de forma irregular e aleatória tanto em Olhão como noutros locais, porque não se construía assim. Por exemplo em Monte Gordo vigorava a aplicação de um traçado tendencialmente regular com as frentes das casas e das cabanas viradas para o mar (fig. 9).

Embora as duas praias possuíssem condições topográficas distintas, a de Olhão era pequena e com sapais, logo menos propensa a construções, e a praia de Monte Gordo era um extenso areal, temos que entender que a capacidade de ocupação e desenvolvimento urbano nos dois locais terá sido semelhante.

Lembremos que nas cartas régias de fundação de vilas no Brasil durante o séc. XVIII, apelava-se para a manutenção de um formulário rígido, "*podendo [...] os*

moradores construir a sua casa como entenderem no interior, deverão contudo manter a mesma «figura» uniforme no exterior, sempre com a justificação de se manter a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas.»⁴

Não pretendo com isto negar a existência de toda e qualquer característica relacionada com a irregularidade urbana. O bairro também vive de alguma irregularidade e de aspeto caótico assente nas diversas estruturas urbanas. Penso que foi um fenómeno posterior à expansão inicial do lugar da Praia do Olhão. Relaciono-o com uma grande procura de casas por parte da população em finais do séc. XVIII e ao longo do séc. XIX, que terá levado, por um lado, à ocupação de espaços que anteriormente eram vazios urbanos, terreiros e espaços de circulação, criando desse modo alguns becos e eixos irregulares e, por outro lado, à sobreocupação de grande parte das casas.

A praia do Olhão é uma área que possui uma série de complexidades e especificidades. Quando comecei a pesquisar este tema a sensação imediata que tive foi que não havia mais nada para estudar. O lugar apresentava-se tipificado ao jeito de “bilhete postal”. Assumia importância de lugar exótico, pela sua diferença face a cidades tão próximas como Tavira e Faro. Optei por, num primeiro momento, tentar esquecer essa informação e analisar o lugar de Olhão livre de pré-conceitos. O resultado: um espaço urbano que se desenvolveu em relação direta com o seu ambiente natural e que se adaptou a essa realidade, tal como tantas localidades que se desenvolveram a partir do séc. XVIII.

A baixa-mar

No séc. XIX, um pouco por toda a Europa, as cidades mudam de dimensão e de funções. Importava estabelecer novas relações entre organização urbana e o plano de conjunto. E nesse âmbito, definir um quadro institucional nas administrações locais, regulamentar as alturas das construções, controlar os loteamentos e submeter as construções privadas ao desenho geral das extensões das cidades. Decorridas as primeiras décadas de oitocentos, a câmara de Olhão (enquanto entidade pública), juntamente com diversos proprietários de armazéns na baixa-mar (enquanto entidades privadas) puseram em prática o plano de reestruturação urbana da baixa-mar, potenciado pelo crescimento económico e populacional da recentemente condecorada vila.

O plano compreendeu ações de grande impacto urbanístico. A baixa-mar foi alvo de diversos aterros, conquistando espaço ao mar. Estabeleceu-se uma frente regular, onde os armazéns e os cais teriam que respeitar a mesma linha, constituindo, desse modo, uma das portas de entrada para a vila, o centro económico por excelência.

⁴ José Eduardo Horta CORREIA, “A importância da Arquitetura de Programa na História do Urbanismo Português”, *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Faro, Universidade do Algarve, 2001, p.164.

Até aquele momento, quem chegasse à vila por via marítima presenciava um cenário paupérrimo. Inúmeras traseiras de armazéns de configurações irregulares com os seus cais precários: a vila apresentava-se de costas voltada para o mar.

O plano foi sendo concertado de acordo com o interesse e possibilidade dos diversos negociantes e proprietários e da Câmara. De facto estabeleceu-se uma relação fundamental. A Câmara era a entidade promotora e responsável pelas campanhas urbanísticas. Impunha as condições que os particulares deveriam respeitar quando procedessem a concessões de terrenos e ao alinhamento dos seus armazéns e casas.

Em termos gerais houve três campanhas de obras (fig. 10).

Uma primeira campanha foi iniciada na década de quarenta. Corresponde ao centro, espaço onde se situava a Praça do Comércio com o edifício da Alfândega. Uma segunda campanha foi iniciada na década de cinquenta e concluída na década de setenta. Corresponde à parte situada a poente da Alfândega. A terceira campanha foi iniciada nas últimas duas décadas de oitocentos e corresponde à parte situada a nascente da Alfândega.

Importa destacar, de grande parte do conjunto, algumas intervenções urbanísticas. Como por exemplo o bairro do Manuel Lopes, o bairro do Gaibéu e o bairro dos Arménios. São bairros que se caracterizam pela componente industrial / comercial e possuem uma dinâmica urbana diferente da Barreta. O tecido urbano é menos denso, os lotes são grandes, o traçado das ruas é regular e possui uma orientação perpendicular ao mar, estabelecendo uma relação direta com as atividades portuárias.

O bairro do Moinho da Barreta (figs.11 e 12), contemporâneo destes bairros, é também um exemplo a reter. Caracteriza-se pela componente habitacional e apresenta dois quarteirões retangulares longitudinais perpendiculares ao mar. As frentes dos lotes davam para nascente e as traseiras para poente. O lote era composto por casa térrea com cobertura de telhado na frente e quintal murado nos fundos. Este aspeto estrutural de composição do quintal era intencional. Impossibilitava que fossem feitas algumas adições irregulares ao lote. A haver alterações elas teriam que ser feitas no seu interior. Este tipo de solução estrutural já havia sido aplicado na edificação das habitações em Vila Real de Santo António.

Na realidade foi o que aconteceu, grande parte dos lotes teve alterações significativas no seu interior. O objetivo era aumentar a área construída. Quer para alugar uma parte, quer para reestruturar a habitação unifamiliar. O quintal murado rapidamente evoluiu para habitação chegando a ter dois e três pisos, fato possível dado a utilização do betão em pleno séc. XX. As açoteias tornaram-se fundamentais uma vez que passaram a desempenhar algumas das funções que anteriormente cabiam aos quintais. Aconteceu muitas vezes a subdivisão do lotes, criação de diferentes habitações passando o lote a ter duas frentes.

Devo ainda referir outros espaços, que não estão situados na baixa-mar, mas estabeleceram uma relação urbana com esta área. E, desse modo também foram alvo de alguma renovação urbanística. Foi o caso da rua dos Mercadores. Faz parte de um extenso eixo pré-existente que inclui a rua de Faro. Está situada a norte do bairro da Barreta. No ano de 1855, nas Atas das Sessões de Câmara era descrita como uma rua de grande movimento, muito trânsito “*e passagem para a Praça e para a Alfândega*”⁵. Tornou-se assim um dos locais pretendidos para os mercadores instalarem as suas moradias e estabelecimentos comerciais.

Os lotes possuem dimensões consideráveis e compunham-se de habitações com dois pisos. No piso térreo exercia-se a atividade comercial e no piso superior situava-se a residência.

O bairro da Barreta ficou cercado, por um lado, pelas traseiras dos armazéns e das fábricas e, por outro lado, pelas traseiras das casas de comércio. Originou-se, propositadamente, um mecanismo de segregação espacial desse bairro que reunia condições paupérrimas de habitação. A Câmara potenciava uma nova política de urbanismo. A vila enfrentava graves problemas relacionados com a limpeza e o mau estado das ruas. O peixe era vendido nas ruas junto às portas das casas dos pescadores. Alguns habitantes possuíam pocilgas, com porcos nos quintais e os dejetos eram despejados nas valetas das ruas, travessas e becos.

A política de reestruturação urbana da baixa-mar determinava que a vila passasse a ter uma nova relação com o mar. Primeiro uma relação de trabalho, económica e industrial, protagonizada, no edifício da alfândega e nos demais armazéns (fig. 13). E, posteriormente uma relação de ócio, de embelezamento protagonizado pelas frentes das habitações que no princípio tinham sido construídas para a rua do Peti e de costas voltadas para mar, começam a ser construídas e reconstruídas com as frentes viradas para o mar. Aqui e ali, surgem nos pisos superiores dos armazéns algumas habitações que deixam antever alguns pormenores de poderio económico, tais como as janelas de sacada com moldura profusamente decorada e as platibandas ornamentadas (fig. 14).

A coroar a reestruturação da baixa-mar faça-se uma breve referência aos mercados (fig. 15). Em 1912 ficou decidido o local para construção do mercado do peixe e do mercado para talho e venda de outros géneros de consumo público. Seriam construídos em terreno conquistado ao rio, em frente da atual Avenida 5 de Outubro. No mesmo ano foi lançada a primeira pá. No dia um de Maio de 1916 os mercados começaram a funcionar oficialmente.

⁵ Arquivo Histórico Municipal de Olhão, Livro de Atas nº 6, f. 65, Ata da sessão extraordinária de 23 de Abril de 1855.

A área das hortas e das fazendas

O desenvolvimento económico da vila e o aumento da população constituíram também fatores fundamentais para a transformação de uma outra área. Trata-se de uma extensa área delimitada pelos antigos eixos: a estrada de Faro para Tavira, a rua de S. Bartolomeu, a rua da Soledade e o ramal de ligação da vila de Olhão à estrada de Faro para Tavira. Esta área era composta por um ou outro cercado, por terrenos agrícolas, cercas, hortas e fazendas, com sistemas de irrigação de água (poços, tanques e levadas) que de finais do séc. XVIII até à primeira metade do séc. XIX passou de uma área rural a uma área urbanizada.

Houve da parte dos proprietários destes terrenos um grande interesse na sua urbanização. A prática da agricultura já pouco ou nenhum rendimento trazia. Importava expandir a vila.

É uma área habitacional com uma coerência urbanística admirável. A configuração topográfica com poucas oscilações, o traçado regular das cercas e de alguns eixos pré-existentes mencionados anteriormente condicionou favoravelmente o desenho urbano desta área que, salvo um ou outro caso, se projetou de modo regular (fig. 16).

Através da observação das figuras apuramos alguns dados importantes para o processo evolutivo da área. Houve uma variação formal da malha urbana em três zonas fundamentais. A zona (a) possui uma série de eixos e quarteirões com orientação paralela à rua de S. Bartolomeu (fig. 17). A zona (b) caracteriza-se por uma série de eixos e quarteirões criados também a partir de um outro eixo importante, a rua da Soledade (fig. 18). E, por fim, a zona (c), cuja orientação dos diversos eixos e quarteirões é paralela à cerca do Ferro e à horta do Júdice (fig. 19). Portanto as três zonas desenvolveram-se a partir de elementos pré-existentes. Na realidade o que aconteceu foi que as frentes maiores dos quarteirões desenvolveram-se em relação direta com esses elementos. A partir daí poderá ter ocorrido uma repetição de quarteirões face ao primeiro. Em termos cronológicos a evolução ocorreu a partir da zona (a), seguida da zona (b) e ultimada na zona (c). Os primeiros quarteirões apareceram junto aos principais equipamentos (Igreja da Soledade) e eixos mais antigos (rua de S. Bartolomeu e rua da Soledade).

Os quarteirões que integram a zona (a) têm uma dimensão pequena e outros possuem uma dimensão grande. No que concerne à forma, predominou a forma retangular (fig. 17).

Na zona (b) os quarteirões têm tamanho médio e grande. A sua forma é variada. Alguns quarteirões apresentam forma retangular, outros poligonais e outros quadrangulares. Das três zonas é a mais irregular (fig. 18).

Na zona (c) os quarteirões têm tamanho médio e grande. A sua forma retangular alongada é, em relação às outras zonas, a mais regular (fig. 19).

Os lotes estão organizados em banda. Apresentam uma modulação

evidente na dimensão e proporção e possuem forma retangular e considerável profundidade (fig. 20). A fachada possui, sobretudo, os seguintes ritmos de vãos: porta-janela-janela e porta-janela.

É possível “lermos” o modelo de duas habitações a partir de duas descrições com data de 1871. As habitações estavam situadas na rua Formosa: “Prédio urbano [...] consta de uma morada de casas com casa de entrada, dois quartos, casa de jantar, cozinha, quintal com cavalariça e poço [...]”⁶ e um outro “Prédio Urbano [...] compõe-se de uma casa de entrada, três quartos, cozinha, corredor e quintal com poço e saída para a rua da Cerca do Ferro [...]”⁷.

O traçado das ruas e a composição dos quarteirões conservaram a sua forma até à atualidade, mas não aconteceu o mesmo com as habitações, tal como já tivemos oportunidade de verificar noutras áreas. Houve alterações na dimensão e no tipo de cobertura.

A habitação aumentou, não nas traseiras, porque grande parte manteve o quintal até à atualidade (e este aspeto terá que ver com a dimensão do lote e da habitação e também com o facto de no quintal estar situado o poço, equipamento fundamental), mas na construção de um piso superior (fig. 21). Na maior parte dos casos, construiu-se o mirante, divisão anexa à habitação principal. O acesso é feito por escadas que estão situadas no quintal. A fachada do mirante está direcionada para as traseiras da habitação principal. Têm uma porta e uma janela, uma platibanda ornamentada e um pequeno corredor com funções de pátio, que faz a passagem para a açoteia do mirante através de um lanço de escadas. Está localizado no centro do lote por cima das divisões abobadadas. Na parte da frente do lote que corresponde à casa de fora (vulgo sala), foi utilizado o telhado de tesouro como cobertura. A ocupação total da açoteia apenas aconteceu em pleno séc. XX com a utilização das lajes de betão.

O telhado de tesouro também sofreu transformações. Construído de raiz para “coroar” a casa de fora, um dos compartimentos mais importantes, surge neste tipo de habitação combinado com o terraço.

Para remate da fachada construiu-se mais tarde uma platibanda, estrutura que escondeu o telhado. Ao ficar escondido acabou por desaparecer, facto que possibilitou o aumento da habitação no piso superior (fig. 22).

Na apresentação da primeira área foram citadas diferentes tipologias de mirantes existentes em Olhão, as quais são possíveis de observar nas seguintes figuras. Na figura 23 a habitação situada no lado esquerdo tem uma casa de fora com telhado de tesouro. Na parte central existe uma dependência de uma água com uma porta ao centro. Ainda na mesma figura as outras duas casas já não têm telhado e o mirante surge sem ornamentação e um outro mirante sem escada. Na

⁶ Arquivo Histórico Municipal de Olhão, Processos de Foros, 1759-1897, 2. 1871-1897: “Em onze de Fevereiro de mil oitocentos e setenta e um [...]”

⁷ idem, *ibidem*.

figura 24 observa-se dois mirantes com mecanismo de abastecimento de água.

Considero que esta multiplicidade de opções terá que ver sobretudo com fatores económicos, por um lado e por outro lado é uma questão de moda/ imitação. Quando um proprietário possui um mirante na sua habitação é natural que os outros proprietários o imitem. De acordo com as suas possibilidades económicas constrói o seu mirante e atribui-lhe as funções que considera importantes.

Para concluir a apresentação desta área a observação da figura 25, uma fotografia aérea, tirada nas últimas décadas do séc. XX poderá ajudar a colocar algumas considerações: os telhados de tesouro desapareceram quase por completo dando primazia à açoteia (embora se tenha identificado cerca de meia dúzia). Grande parte das açoteias, situadas em habitações mais recentes, cobrem a totalidade das habitações e não possuem mirante, têm quanto muito uma dependência, uma arrecadação a um canto. Por outro lado, nas habitações mais antigas, ainda predominam os inúmeros mirantes e dependências.

O Passeio Público

A área corresponde à atual avenida da República, que em finais do séc. XVIII se chamava rua da Feira.

A rua da Feira era um grande eixo linear que fazia a ligação entre o núcleo urbano, algumas freguesias rurais e a cidade de Tavira. Era o local onde se realizavam as feiras, onde existiam alguns ribeiros e poços, principal meio de abastecimento de água da população (figs. 26 e 27).

As feiras eram realizadas em torno da Igreja Matriz e na área envolvente. O primeiro alvará da criação da Feira de Olhão foi emitido no ano de 1753, no entanto é possível que tenham começado a funcionar algum tempo antes de forma espontânea. As feiras estavam situadas num terreno aberto situado em redor da Igreja. Perduraram neste espaço até finais da década de setenta de oitocentos, data em que foram transferidas para o largo das prainhas na parte litoral oeste da vila onde havia um grande terreiro que tinha sido preparado com as infra estruturas necessárias⁸. A alteração está relacionada com o facto de a rua da Feira não poder suportar este tipo de eventos por falta de espaço e também porque começava a assumir outra importância urbana para a vila.

Acrescente-se-lhe que a urbanização das diversas cercas e a consolidação urbana da baixa-mar, durante a segunda metade do séc. XIX, contribuiu também para que o espaço vazio constituído ao longo da rua da Feira começasse a ser alvo de maiores atenções por parte da Câmara.

As obras na rua da Feira estavam projetadas desde finais da década de trinta de oitocentos. A Câmara pretendia arranjar o poço velho e construir um

⁸ Arquivo Histórico Municipal de Olhão, Livro de Actas nº 8, f.36, Ata da sessão de 25 de Setembro de 1872.

caminho em calçada até ao poço novo, porque no inverno o caminho ficava intransitável.

No entanto, à semelhança do que acontecia com outras obras públicas, a Câmara não detinha a quantia necessária para a totalidade das obras e apenas se solucionou parte do problema.

Considerava-se importante realizar o aterro da área, que se compunha de terrenos alagadiços por onde passavam dois ribeiros. Porém nas mesmas décadas de oitocentos a reestruturação da extensa baixa-mar assumia outra prioridade para a vila.

No ano de 1865 as obras da rua da Feira tiveram finalmente início com a preparação do primeiro troço. O segundo troço apenas foi iniciado em 1896. No ano de 1878 a Câmara achou por bem que se preparasse um terreno junto ao chafariz (antigo poço) local abundante em água e nele fosse criado um viveiro de árvores e se construísse uma casa para um guarda que ficaria responsável por encher depósitos de água para abastecimento da população e guardar o arvoredo necessário para a construção do Passeio Público. Assim nasceu o jardim público que não estava projetado no mapa de 1871/3⁹ (fig. 28). Refira-se, porém, que houve o cuidado em o integrar no Passeio. Junto ao jardim foi construído o coreto, que foi inaugurado em 1942. Tornou-se um complemento paisagístico indispensável nos demais jardins públicos onde frequentemente havia concertos musicais.

Coube portanto à Câmara o papel de principal interveniente na valorização da área, tentando assim encontrar uma solução que fosse ao encontro das preocupações dos diversos proprietários. A entidade pública procurou pôr em prática uma nova política de ordenamento, saneamento e embelezamento do espaço público da vila. O Passeio Público compreendia ao jeito das grandes avenidas existentes nas principais cidades portuguesas e europeias, duas filas de árvores.

Da dinâmica do tecido urbano podemos afirmar que na área do Passeio Público preponderou uma malha urbana de tipo linear com repetição de alguns eixos secundários.

O loteamento apresenta um leque variado na sua composição. Junto à Igreja Matriz estão situados os lotes de maiores dimensões. São compostos de forma individual. Correspondem a campanhas isoladas de reestruturação de casas ou construções de raiz por parte de alguns proprietários abastados e comerciantes, que ocorreram a partir da década de sessenta do séc. XIX. As novas fachadas possuem linguagem eclética, ao contrário da maioria das habitações térreas que se foram compondo ao longo do Passeio.

O estudo das figuras 29, 30 e 31, composta por três imagens da mesma habitação pode ajudar a entender as diferentes campanhas de obras, um pouco à

⁹ Instituto Geográfico Português, Papéis de prancheta n.ºs 19 (a) e 19, levantados em Março de 1871, Abril e Maio de 1873, por B. M. F. de Andrade, Engenheiro hidrográfico e A. J. Pery, Capitão do Exército, escala 1:2500.

imagem do que aconteceu com outras habitações. De início o edifício parece um armazém com uma cobertura de duas águas. Mais tarde ocorreu uma tentativa de alguma nobilitação com a construção da platibanda e da cornija, que parece ser o beiral do telhado. A habitação ficou com o mesmo pé direito do edifício do lado direito (sociedade recreativa) mas manteve os dois pequenos vãos denotando alguma atrofia no edifício. Por fim, o mesmo é totalmente reestruturado. Os vãos foram alvo de alterações significativas tanto na dimensão como em número, o frontão semicircular situado ao centro e a platibanda com o relevo em trabalho de massa estabelecem a coroação da habitação.

Importa ainda tomar nota sobre outras transformações que aconteceram no Passeio Público (figs. 32 e 33). Tomando como exemplo a frente poente do Passeio Público, constatamos que houve um predomínio da vertente habitacional em prol da comercial que existia mas estava limitada a uma zona. Inicialmente as casas eram térreas e tinham cobertura de telhado. As frentes davam todas para o Passeio.

Com o passar do tempo aumentou o número de habitações com primeiro piso e com janelas de sacada. Aparentemente, houve uma passagem direta da casa térrea para casa com primeiro piso cobrindo a totalidade da área. Prepondera o uso da platibanda que é por si só um remate da fachada, uma moda oitocentista de origem urbana acompanhada de um aspeto funcional: a platibanda evitava que a água caísse em catadupa sobre as pessoas que passavam no passeio.

Termino este artigo sobre evolução urbana de Olhão com uma imagem aérea tirada em 2007 (fig. 34). Serve ela o propósito de reafirmar um aspeto fundamental que foi focado em quase todas as áreas. Regra geral o traçado das ruas e a composição dos quarteirões conservaram a sua forma até à atualidade. Por outro lado, as habitações sofreram as mais variadas transformações.

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Olhão / Fundo documental da C. M. O.

– Património – Património da Câmara / Órgão do Município Câmara Municipal

Atas das Sessões das Vereações, 1826-1951 /34 livros:

- Livro nº 1 de Atas de 28 de Agosto de 1826 a 16 de Agosto de 1837
- Livro nº 2 de Atas de 19 de Agosto de 1837 a 19 de Dezembro de 1838
- Livro nº 3 de Atas de 19 de Dezembro de 1838 a 1 de Julho de 1840
- Livro nº 4 de Atas de 1 de Julho de 1840 a 9 de Agosto de 1842
- Livro nº 5 das Atas da Câmara Municipal do Concelho de Olhão de 9 de Agosto de 1842 a 22 de Julho de 18[?]
- Livro nº 6 de Atas de 22 de Julho de 1851 a 11 de Janeiro de 1864
- Livro das Atas nº 7 de 11 Janeiro de 1864 e Sessões de Câmara Municipal de Olhão.
- Livro das Atas nº 8 de 1871 a 1874
- Livro das Atas nº 9
- Livro de Atas nº 10, 1891 – 1902
- Livro de Atas nº 11 de 1911 a 1913

Autos de inauguração de obras, visitas oficiais, etc.

- Livro de autos de inaugurações de obras, visitas oficiais, etc.

Livro nº 2 Mapa da população do Concelho d'Olhão feito pelos Parochos no anno de 1862

Processos de Emprazamento (1756-1809)

- Autos de Vistoria
[uma capilha] – Auto das obrigações a que se submete a Câmara Municipal para mandar construir um cais ou muro de resguardo no local e segundo a respectiva planta, que abrigue a povoação das inundações provenientes das grandes marés – 1866
- Autos de Vistoria (1847-1873)
 - Autos de Vistoria, medição, confrontação e avaliação de uma porção de terreno no sítio das Prainhas desta Vila de Olhão a requerimento de Manuel António, marítimo desta mesma Vila.
 - Autos de vistoria para aforamento de uma porção de terreno desta Vila feito a requerimento de Joaquim António da Silva Reis, oficial de Carpinteiro da ribeira, residente na mesma Vila.
 - Autos de vistoria, medição e avaliação de um terreno baldio sito no lugar das prainhas desta Vila a requerimento do Doutor Joaquim José Lopes desta mesma Vila.
 - Autos de Vistoria, medição, avaliação e aforamento de um terreno no bairro do moinho desta Vila a requerimento de João Batista Pepe.

Processos de Foros (1797-1850)

- Registo de cobrança de foros (1797-1850)
- Registo de títulos de foros (1827-1937)
- Processos de aforamento (1844-1914)
- Autos de Vistoria, demarcação, medição e avaliação de foros (1847-1873)
- Reconhecimento de foros (1849-1872)
- Registo de cobranças de foros (1797-1850)
- Relação de títulos de foros (1827-1837)
- Processos de aforamentos (1844-1880-1914)

Recenseamento da população -Estatística da população da Vila de Olhão de 1868

Rol de Confessados da Freguesia da Vila de Olhão no ano de 1887, contendo toda a população nela existente nos meses de Janeiro a Fevereiro do dito ano

Bibliografia

- AA VV, *Arquitetura Popular em Portugal*, Lisboa, Associação Arquitetura Portuguesa, 3ªed., 1988.
- CALDAS, João Vieira, *A Arquitetura Rural do Antigo Regime no Algarve*, Dissertação de Doutoramento(policopiado), vol. I., Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2007.
- CALLIXTO, Carlos Pereira, "A Fortaleza de São Lourenço da Barra de Faro", in *Anais do Município de Faro*, nº VIII, Faro, C. M. Faro, 1978.
- CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental – As Vilas, o Campo e o Mar*, vol.2, Faro, Gabinete do planeamento da região do Algarve, 1976.
- CORREIA, José Eduardo Horta, "A importância da Arquitetura de Programa na História do Urbanismo Português", in *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Faro, Universidade do Algarve, F.C.S.H., D.H.A.P., 2001, pp.161-169.
- CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz, "Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime, Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio" in *Tabardo*, nº 2, Lisboa, Universidade Lusíada / Livraria Bizantina, 2003.
- CRAVINHO, Ana, "Arquitetura Vernácula no Algarve – Diferentes sub-regiões, diferentes tipos de edificados" in Revista *Pedra & Cal* nº 25, Janeiro-Março, 2005.
- FONSECA, Fernando Taveira da, "Elites e classes médias" in *História de Portugal*, vol V. (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.459-477.
- GIRÃO, A. de Amorim *Geografia de Portugal*, 3ª ed., Porto, Portucalense Editora, 1960.
- IRIA, Alberto, "O Compromisso Marítimo da Vila de Olhão da Restauração (Subsídios para a história das Corporações de mareantes e pescadores do Algarve) " in *Mensário das Casas do Povo*, nº112, 115,116,118,118,120,121,123, 124, Outubro de 1955 a Outubro de 1956.
- IRIA, Alberto, *Da importância geo-política do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976.
- LAPA, Albino, *Olhão __ A «Sempre Moira» e o Compromisso dos Pescadores*, Lisboa, 1975.
- LOPES, Francisco Fernandes, "Olhão" in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XIX, Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada., s.d.,pp. 293-302.
- LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve*, 1º Vol., Algarve em Foco Editora, 1841.
- LOPES, Maria Antónia, "Os pobres e a assistência social" " in *História de Portugal*, vol. V, (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1660-1773*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1988.
- MARTINS, José António de Jesus, *Olhão, uma Aldeia de Pescadores em 1790 (aspectos Socioeconómicos)*, V. R. S. A., edição do Autor, 1994.
- MASCARENHAS, J. Fernandes, *Acerca da Antiguidade das Freguesias de Quelfes e Pechão e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Olhão e sua Primitiva Confraria*, Olhão, Separata de "A Voz de Olhão", Por Terras do Algarve, Ensaios de História e Arqueologia, 1987.

- MENDES, António Rosa, "Um documento precioso" in *O Manuscrito de João da Rosa*, Edição atualizada e anotada, Olhão, C.M. de Olhão, 2008, pp. 3-6.
- MENDES, J. Amado, "Evolução da economia portuguesa" in *História de Portugal*, vol. V (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 315- 323.
- NEVES, José, *Estudos Geográficos e Históricos sobre Faro e a Formação Lagunar do Sotavento Algarvio*, Torres Novas, Gráfica Almodina, 1981.
- NOBRE, Antero, *Estudos Algarvios, Do "Logo do Olham" à "Vila do Olhão da Restauração"*, Lisboa, Casa do Algarve, 1959.
- NOBRE, Antero, *O Termo de Olhão*, Olhão, Edição do Autor, 1974.
- NOBRE, Antero, *A População Olhanense. Sua Origem e Evolução*, Olhão, A voz de Olhão, 1983.
- NOBRE, Antero, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Olhão, A voz de Olhão, 1984.
- NOBRE, Antero, *Cronologia Geral da História de Olhão da Restauração*, Olhão, A voz de Olhão, 1985.
- NOBRE, Antero, *Opúsculos Históricos de Olhão*, (coord. científica de António Rosa Mendes) Olhão, Município de Olhão, 2008.
- OLIVEIRA, F. X. Ataíde de, *Monografia do Concelho de Olhão*, (s.l.), Editora in Foco, 1906.
- OLIVEIRA, Marta (coord.) "O desenho da cidade: contribuição para o seu estudo" in *Actas do Colóquio Internacional – Universo Urbanístico Português 1415-1822-*, Lisboa, *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*, 2001.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.
- RIBEIRO, Orlando, "Açoteias de Olhão e telhados de Tavira – Influências orientais na arquitetura urbana" in *Geografia e Civilização – Temas Portugueses*, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte Lda, 1992, pp. 53-146.
- ROMBA, Sandra, *Evolução Urbana de Olhão*, Faro, F.C.H.S., Universidade do Algarve, (tese de mestrado) 2008.
- ROMBA, Sandra, "A rua dos Micanos e a rua Formosa: dois casos de estudo na evolução urbana de Olhão nos séculos XVIII e XIX", *Atas do Congresso Histórico Olhão, o Algarve e Portugal no tempo das Invasões Francesas*, Olhão, município de Olhão, 2011, pp. 39-52.
- ROSSA, Walter et alii, "Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico" in *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Faro, Universidade do Algarve, F.C.S.H., D.H.A.P., 2001, pp. 61-80.
- SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal, Uma Geografia Urbana*, Porto, Edições Afrontamento, Porto, 1992.
- SOUTO, Henrique, "A Pesca: Condicionismos e Evolução", in Raquel Soeiro de Brito (dir.) *Portugal Perfil Geográfico*, Lisboa, Referência, Editorial Estampa, 1994, pp. 180-195.
- VASCONCELLOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda – Lisboa, 1975, pp.279- 293.

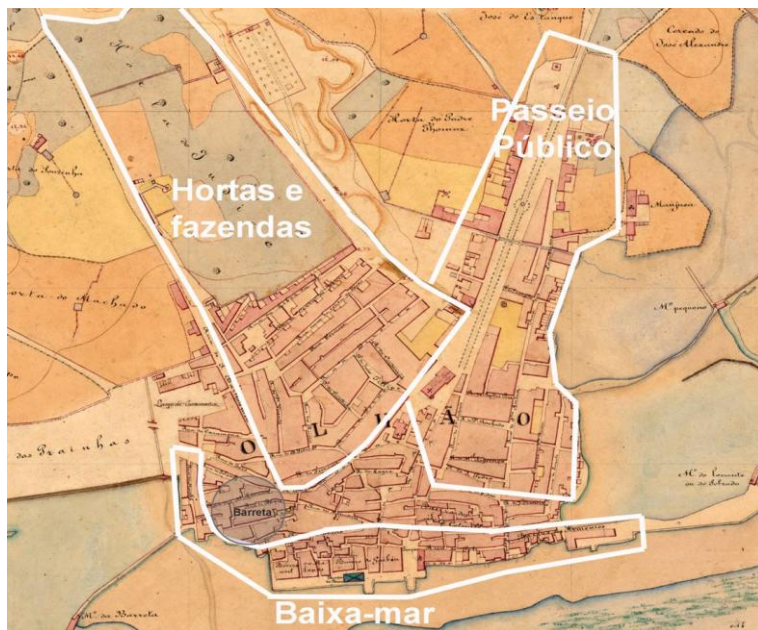


Figura 1 - As áreas de expansão urbana em Olhão. (mapa 1871/3, I.G.P.)

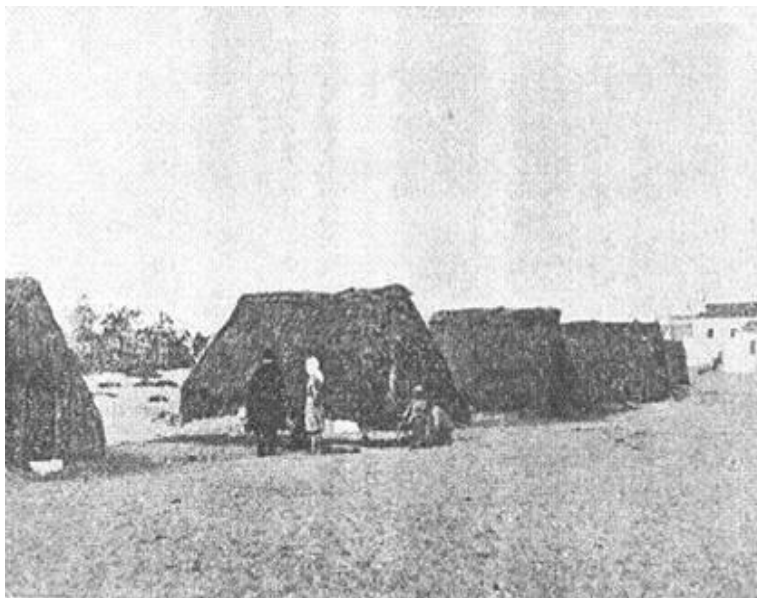


Figura 2 - As cabanas em Monte Gordo.

Fonte: VASCONCELLOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda – Lisboa, 1975

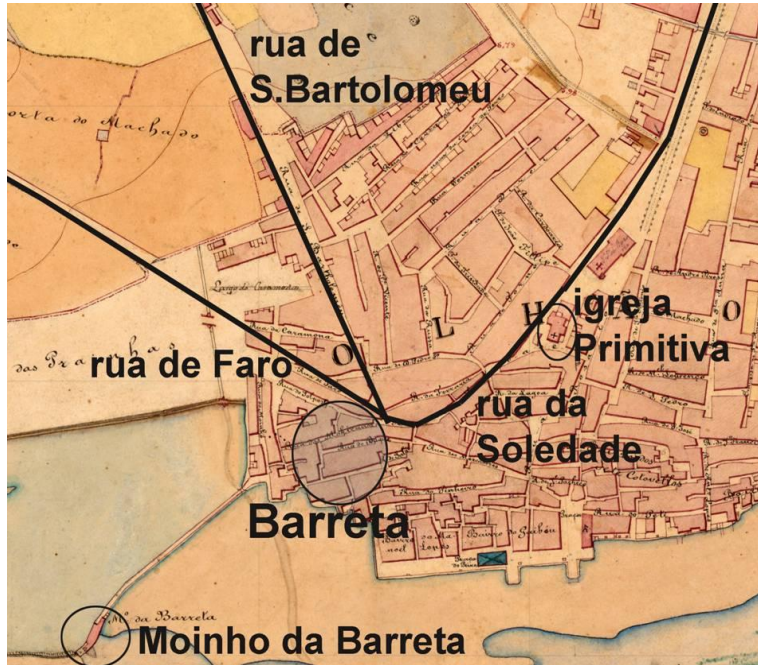


Figura 3 - Principais eixos e equipamentos externos ao bairro da Barreta (mapa 1871/3, I.G.P.).

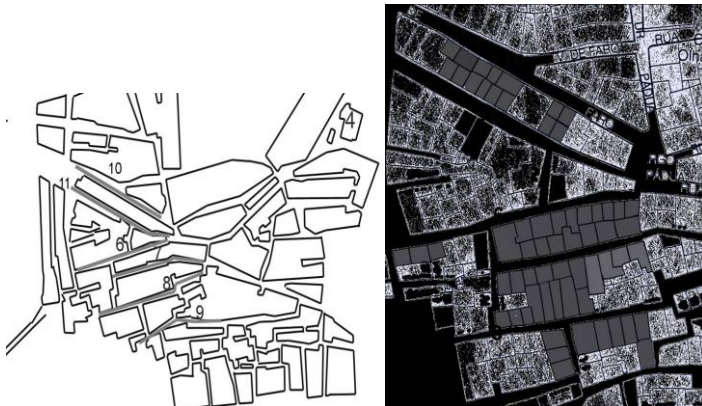


Figura 4 - Principais eixos internos do bairro da Barreta: rua dos Mohicanos (6), rua do Duque (7), a rua do Salá e atual rua Patrão Joaquim Lopes (8) e a rua do Pinheiro (9). Dois eixos exteriores: rua de Faro (10) e rua do Solposto (11). (mapa 1871/3, I.G.P.)

Figura 5 - Alguns quarteirões do bairro da Barreta com loteamento uniforme. (mapa C.M.O. 2002)



Figura 6 - Casa térrea de "risca ao meio" com mirante na rua dos Micanos (Sandra Romba 2008)



Figura 7 - Vista aérea da mesma casa térrea. (A.H.M.O.)

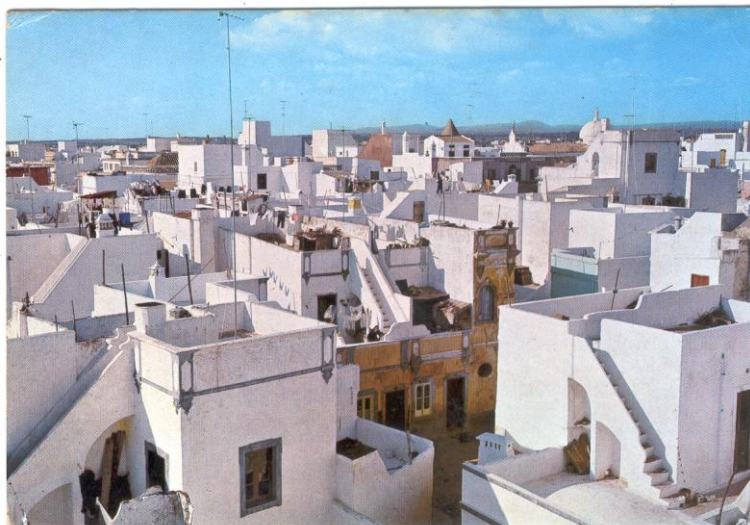


Figura 8 - Alguns mirantes do bairro da barreta. (A.H.M.O.)

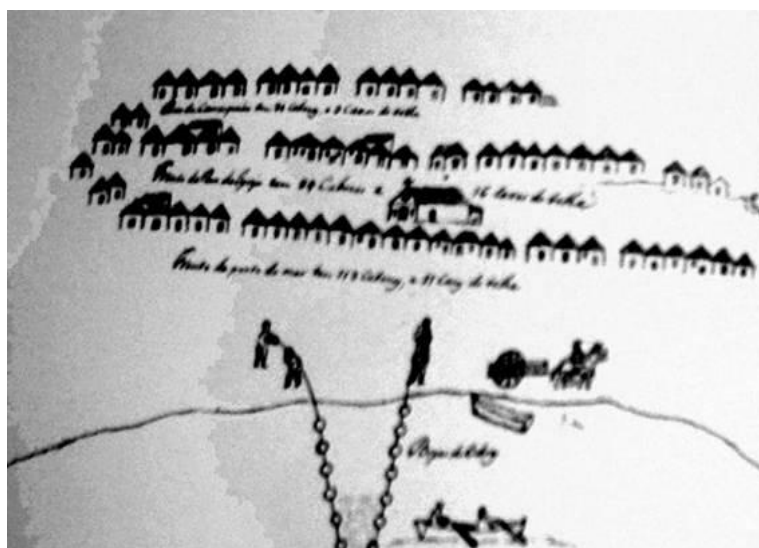


Figura 9 - Desenho da praia de Monte Gordo

Fonte: CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, FAUP Publicações, Porto, 1997, p. 456.



Figura 10 - As diferentes campanhas de obras situadas na baixa-mar. (mapa I.G.P.)



Figura 11 - Frentes das casas térreas situadas na antiga rua do Moinho da Barreta. Fotografia possivelmente das primeiras décadas do séc. XX. (A.H.M.O.)

Figura 12 - Fundos das casas térreas cujas frentes se situam na antiga rua do moinho. É a atual rua do Moinho da Barreta (A.H.M.O.)



Figura 13 - Frente nascente da baixa-mar com o edifício da Alfândega no lado esquerdo e demais armazéns. (A.H.M.O.)



Figura 14 - Frente nascente da baixa-mar. Muitos dos armazéns passaram a ter habitações no primeiro piso. (Arquivo Sandra Romba)



Figura 15 - O mercado do peixe. (A.H.M.O.)



Figura 16 - Uma parte da área das hortas e das fazendas. (mapa 1871/3, I.G.P.)

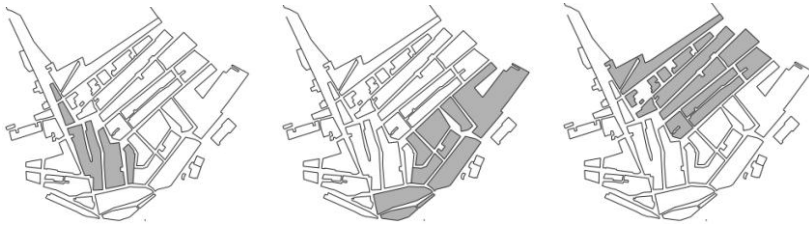


Figura 17 - Os quarteirões pertencentes à zona (a). (mapa 1871/3, I.G.P.)

Figura 18 - Os quarteirões pertencentes à zona (b). (mapa 1871/3, I.G.P.)

Figura 19 - Os quarteirões pertencentes à zona (c). (mapa 1871/3, I.G.P.)

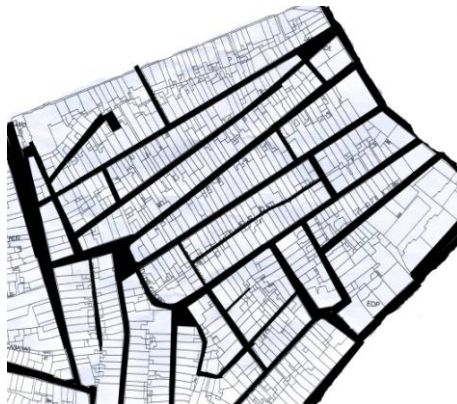


Figura 20 - Perspetiva geral do loteamento. (mapa C.M.O. 2002)

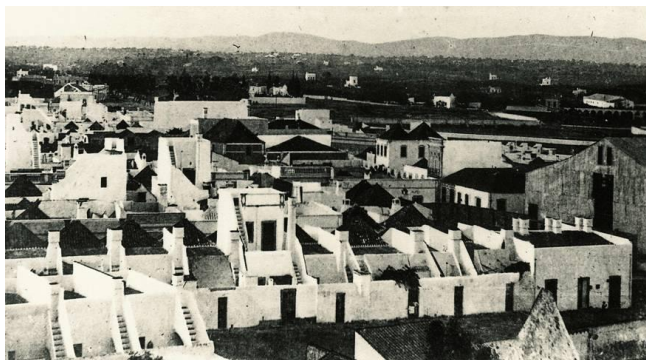
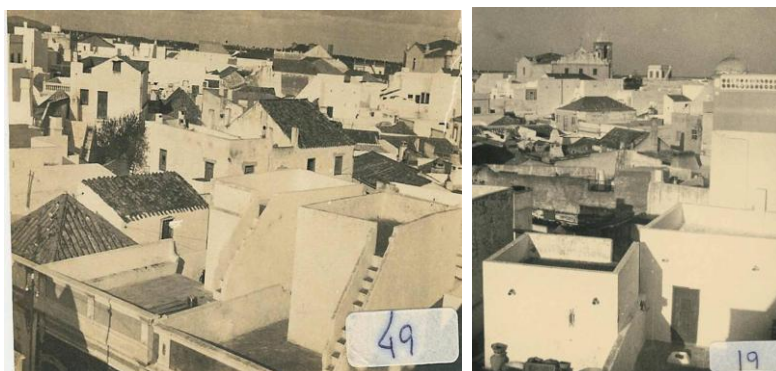


Figura 21 - A habitação na área das hortas e das fazendas. (A.H.M.O.)



Figura 22 - Diferentes tipos de cobertura na área das cercas e das fazendas (A.S.R.)



Figuras 23 e 24 - Diferentes tipos de mirantes. (A.H.M.O.)



Figura 25 - Fotografia aérea da área das hortas e das fazendas. (A.H.M.O.)



Figura 26 - Extremo norte da rua da Feira com o poço novo ao centro. É possível verificar o mau estado do eixo. Fotografia tirada ainda no séc. XIX. (A.H.M.O.)



Figura 27 - Preparação da parte sul do Passeio Público. (A.H.M.O.)



Figura 28 - Identificação do Passeio Público no mapa de 1871/3. (mapa 1871/3, I.G.P.)



Figura 29 - Habitação situada no Passeio Público (campanha 1). (A.H.M.O.)

Figura 30 - Habitação situada no Passeio Público (campanha 2). (A.H.M.O.)

Figura 31 - Habitação situada no Passeio Público (campanha 3). (A.H.M.O.)

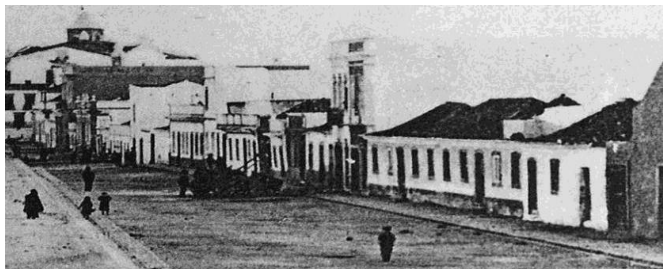


Figura 32 - Frente oeste do Passeio Público nas primeiras décadas do séc. XX. A maioria das habitações ainda são térreas e com cobertura de telhado de tesouro. (A.H.M.O.)



Figura 33 - Grande parte da frente oeste do Passeio Público. Fotografia da segunda metade do séc. XX. (A.H.M.O.)



Figura 34 - Fotografia aérea de 2007. (google maps)